

Digitalização de Autoras Brasileiras do Século XIX e a Historiografia da Filosofia no Brasil

Digitization of 19th Century Brazilian Female Authors and the Historiography of Philosophy in Brazil

Pedro Prikladnitzky*

RESUMO

A digitalização de textos de filósofas brasileiras impulsiona a redefinição e a reconstrução da narrativa filosófica no Brasil. Este artigo propõe uma análise do impacto dessa prática na identidade da filosofia brasileira, enfatizando a crucial redescoberta e visibilidade das contribuições de autoras para o desenvolvimento do pensamento filosófico nacional. A digitalização de suas obras possibilita a redescoberta de autoras relegadas ao esquecimento por décadas, permitindo um questionamento da narrativa tradicional da filosofia brasileira. Compreendemos as Humanidades Digitais como uma metodologia que, ao ser aplicada à história da filosofia no Brasil, não apenas reacende o debate sobre os elementos que a constituem, mas também amplia sua compreensão de forma mais abrangente e inclusiva. Ao desafiar concepções eurocêntricas e restritivas por tanto tempo predominantes, tal redescoberta possibilita uma revisão crítica das bases

ABSTRACT

The digitization of texts by Brazilian philosophers is leading to the redefinition and reconstruction of the philosophical narrative in Brazil. This article proposes an analysis of the impact of this practice on the identity of Brazilian philosophy, emphasizing the crucial rediscovery and visibility of the contributions of female authors to the development of national philosophical thought. The digitization of their works makes it possible to rediscover authors who have been forgotten for decades, allowing the traditional narrative of Brazilian philosophy to be questioned. We understand Digital Humanities as a methodology that, when applied to the history of philosophy in Brazil, not only revives the debate on the elements that constitute it but also broadens its understanding in a more comprehensive and inclusive manner. By challenging the Eurocentric and restrictive conceptions that have prevailed for so long, this rediscovery enables a critical reevaluation of the

* Pontificia Universidad Católica de Chile (UC), Santiago, Chile. pedro.prikladnitzky@uc.cl <<https://orcid.org/0000-0002-5741-1746>>

sobre as quais se assentou a história da filosofia brasileira.

Palavras-chave: Filósofas Brasileiras; Humanidades Digitais; História da Filosofia Brasileira.

foundations on which the history of Brazilian philosophy has been based.

Keywords: Brazilian Women Philosophers; Digital Humanities; History of Brazilian Philosophy.

INTRODUÇÃO

A história da filosofia no Brasil, assim como em muitos outros contextos, tem sido construída predominantemente a partir de uma perspectiva masculina e eurocêntrica. Esse viés não só marginalizou as contribuições das mulheres, mas também obscureceu as formas alternativas de produção de conhecimento filosófico que surgiram fora dos círculos tradicionais. Por muito tempo, a filosofia foi vista como uma prática exclusivamente masculina, desenvolvida em espaços formais e acadêmicos, enquanto as vozes das mulheres foram relegadas a um segundo plano, quando não completamente apagadas.

Até recentemente, a historiografia da filosofia brasileira tendia a desconsiderar como relevante a produção filosófica nacional, mesmo em contextos minimamente estabelecidos, como alguns cursos de ensino superior e seminários de formação religiosa. Nesse cenário, as filósofas brasileiras enfrentam uma marginalização dupla: além de estarem excluídas do modelo eurocêntrico dominante na produção filosófica, elas também são deixadas à margem de qualquer reconhecimento de pensamento filosófico em um Brasil pré-universitário.

Essa exclusão é agravada pela falta de acesso a espaços e instituições onde se costuma buscar material para investigação filosófica, o que limita ainda mais a visibilidade e o impacto das contribuições dessas autoras. A produção de autoras brasileiras, portanto, enfrenta barreiras impostas não só pelo cânone eurocêntrico, mas também pela própria estrutura educacional do Brasil colonial (Louro, 1997, p. 444). Este apagamento histórico reflete a realidade social de um país que, desde sua colonização, reproduziu estruturas patriarcais e hierárquicas que restringiam o acesso das mulheres ao espaço público e à educação formal (Rozeaux, 2014; Ribeiro, 2006, pp. 14-15).

Como sustenta Nastassja Pugliese (2022), em seu texto “E as Filósofas Brasileiras? Esboço de uma História”, a concepção dominante de que os marcos fundadores da filosofia no Brasil estão ligados exclusivamente à produção intelectual nas universidades europeias do século XVI, aos seminários e escolas jesuítas dos séculos XVII e XVIII, e aos cursos de direito e debate acadêmico do século

XIX, revela uma profunda injustiça histórica. Esses espaços, embora relevantes para a formação filosófica no país, eram essencialmente excludentes, sobretudo para as mulheres, que estavam formalmente proibidas de participar de instituições de ensino superior. Assim, ao adotar como critério de validação da filosofia brasileira apenas as atividades voltadas para a interpretação e o comentário dos autores clássicos nesses ambientes, impõe-se uma visão limitante e excludente da filosofia, que marginaliza as contribuições de pensadoras que atuavam fora desses espaços formais (Pugliese, 2022, pp. 327-329).

Consequentemente, as obras publicadas por mulheres no período são relegadas à margem não pelo mérito ou interesse filosófico de suas ideias, mas por um critério de demarcação que favorece o cânone acadêmico masculino eurocêntrico. Esse critério ignora, de antemão, o potencial filosófico das produções femininas da época, reforçando uma exclusão que não possui relação com a qualidade ou a profundidade de seu pensamento, mas sim com a ausência de acesso aos espaços reconhecidos de legitimação filosófica. Ao perpetuar essa visão restritiva, a historiografia filosófica brasileira não nos forneceu uma visão mais abrangente, limitando o entendimento sobre a diversidade de vozes e perspectivas que contribuíram para o pensamento filosófico nacional.

Mesmo diante das restrições sociais e educacionais, muitas mulheres encontraram formas alternativas de expressar seu pensamento, seja através da literatura, da correspondência pessoal ou de publicações em jornais e panfletos (Pugliese, 2022, pp. 329-330). O fato de muitas dessas pensadoras serem associadas mais à literatura do que à filosofia reflete, em parte, a maneira como a produção intelectual das mulheres foi historicamente categorizada. Enquanto a filosofia era vista como um campo masculino, associado ao discurso abstrato e teórico, as mulheres frequentemente eram associadas à produção literária, vista como mais emocional e subjetiva (Telles, 1997, p. 402). Essa dicotomia reflete as normas sociais e estruturais que limitavam a participação feminina no debate intelectual e uma visão limitada do que constitui o trabalho filosófico.

O levantamento feito por Pugliese revela um material de grande relevância para a historiografia da filosofia brasileira. Durante o século XIX, no Brasil pós-colonial, ganhou força um movimento impulsionado por mulheres que se engajaram direta ou indiretamente em empreendimentos filosóficos e literários dedicados à defesa dos seus direitos à educação e à atividade política. Ao escrutinar tanto a cultura moderna europeia quanto os costumes enraizados na sociedade brasileira desde a época do controle português, autoras como Ana de Barandas (1806-1863), Nísia Floresta (1810-1885), Ana Luísa de Azevedo Castro (1823-1869), Francisca Diniz (1834-1910), Maria Firmina dos

Reis (1822-1917), Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), Emília Freitas (1855-1908) e outras contribuíram para a reflexão sobre a desigualdade sob diversos ângulos.

Um foco significativo para essas autoras era garantir o acesso universal à educação como um catalisador para a transformação social – um tema que permanece relevante no Brasil até hoje. As filósofas brasileiras enfrentam diversos desafios, incluindo a sub-representação nos currículos acadêmicos e nos discursos intelectuais, bem como barreiras para alcançar o topo da carreira acadêmica em filosofia. De acordo com um estudo realizado por Carolina Araújo (2019, p. 30), as mulheres no Brasil têm 2,3 vezes menos chances do que os homens de atingir o topo da carreira acadêmica em filosofia. Tal tendência não foi significativamente alterada pelo minucioso levantamento de dados acerca dos perfis da pesquisa em filosofia no Brasil (Fanton et al., 2024, p. 463). Além disso, há uma invisibilidade das filósofas nos espaços acadêmicos, e a produção intelectual das mulheres nem sempre é valorizada de forma significativa, dificultando sua contribuição para a construção de determinados grupos sociais ou políticos. Felizmente, os primeiros passos para mudar esse cenário foram dados. Há um interesse crescente e uma produção de obras de alta qualidade sobre os textos filosóficos e o pensamento das mulheres brasileiras. Dentre os grupos de trabalho da ANPOF, encontramos o GT Filosofia e Gênero e o formado recentemente, sob coordenação de Nastassja Pugliese, o GT Mulheres na História da Filosofia. A iniciativa digital *Enciclopédia Mulheres na Filosofia*, sediada pela UNICAMP e coordenada por Yara Frateschi, Carolina Araújo, Halina Leal e Nádia Junqueira (2024), deve ser mencionada como uma ferramenta importante para a discussão e expansão do cânone filosófico no Brasil. Carolina Araújo também é coordenadora do projeto *Quantas Filósofas?*, atualmente com cátedra no Colégio Brasileiro de Altos Estudos, e é uma das fundadoras da Rede Brasileira de Mulheres Filósofas.

Diante desse cenário de discussão dos fundamentos da filosofia enquanto atividade acadêmica no Brasil e da historiografia da filosofia do país, devemos observar que um requisito da pesquisa é a abertura para múltiplas abordagens, uma ampliação das ferramentas de historiografia filosófica por meio da interdisciplinaridade. Como afirma Pugliese, é preciso ter consciência de quais modificações devem ser implementadas para que não se perpetue a exclusão que procuramos atenuar (Pugliese, 2022, pp. 327-330). Um passo necessário é o reconhecimento da não homogeneidade das mulheres brasileiras e das suas formas de expressão: encontramos, de um lado, diversidade cultural e étnica; de outro, ecletismo e hibridismo das expressões de seu pensamento.

Uma das barreiras materiais para enfrentar o desafio historiográfico e metodológico de incluir as escritoras brasileiras na história da filosofia é o acesso às suas obras. Embora a pesquisa em arquivos seja uma prática comum em várias áreas das humanidades, ela não é tradicionalmente frequente nas pesquisas em filosofia e história da filosofia, que tendem a se centrar na análise e na reconstrução conceitual. Essa abordagem, ao priorizar o estudo dos conceitos sobre a busca de fontes primárias em acervos, contribuiu para a exclusão de textos menos acessíveis, como os de mulheres brasileiras, que muitas vezes permanecem nos arquivos e fora do cânone filosófico.

Contudo, esse cenário tem mudado com o avanço da digitalização de arquivos, facilitando o acesso a esses materiais e ampliando o alcance de suas coleções e, no caso aqui em destaque, das obras de filósofas brasileiras cujos trabalhos estavam esquecidos nas prateleiras da Biblioteca Nacional. Nesse contexto, o trabalho realizado pela Fundação Biblioteca Nacional tem sido fundamental, pois disponibiliza digitalmente documentos que antes estavam limitados ao acesso físico. Essa digitalização não só democratiza a pesquisa em filosofia e história da filosofia como também permite que a produção intelectual de mulheres brasileiras seja redescoberta e estudada, contribuindo para uma história mais inclusiva e diversa. Por meio da análise do impacto das obras de Nísia Floresta e Josefina Álvares de Azevedo ficará claro como a edição crítica digital de autoras brasileiras já está alterando a historiografia da filosofia brasileira e a sua capacidade de expansão.

O objetivo deste texto é demonstrar como a digitalização de textos de autoras brasileiras do século XIX tem o poder de transformar a maneira como concebemos a história da filosofia brasileira e evidencia a necessidade de criticar os critérios eurocêntricos de construção do cânone filosófico. Revisitar o passado filosófico brasileiro por meio das obras de autoras historicamente marginalizadas é, antes de tudo, um exercício de reconstrução histórica e crítica. Trata-se de olhar para os silêncios e ausências do cânone não como acasos ou falhas isoladas, mas como resultado de escolhas sistemáticas que privilegiaram determinadas vozes em detrimento de outras. Ao trazer à tona os textos de mulheres, somos forçados a encarar o fato de que a própria definição de “filosofia” sempre esteve atrelada a critérios que reproduzem estruturas de exclusão racial, de gênero e de classe.

A digitalização de seus textos, nesse sentido, vai além de um processo técnico ou de um avanço no acesso à informação. Trata-se de um gesto político e epistêmico que desestabiliza as fronteiras estabelecidas do saber filosófico. Ao tornar essas obras disponíveis, legíveis e discutidas – como repositórios digi-

tais e plataformas colaborativas – cria-se um terreno fértil para a construção de outras genealogias filosóficas. Rever os critérios de canonicidade, portanto, não significa apenas acrescentar novos nomes a uma lista já existente, mas repensar profundamente as bases sobre as quais essa lista foi construída. Significa reconhecer que há múltiplas formas de fazer filosofia, e que a experiência vivida, especialmente em contextos de exclusão, também é fonte legítima de elaboração teórica. Nesse sentido, o artigo sustenta não apenas o impacto que a digitalização de autoras como Nísia Floresta e Josefina Álvares de Azevedo tem na visão que possuímos da história da filosofia no Brasil, como defende a ampliação de plataformas digitais que contenham edições críticas e comentadas desses textos. Assim, se reconhece como as iniciativas digitais presentes estão contribuindo significativamente para uma mudança da pesquisa em filosofia no país.

Para compreender esse cenário, o artigo se organiza em três partes: 1) a discussão sobre os critérios de formação do cânone filosófico e a exclusão sistemática de autoras; 2) a apresentação de elementos centrais do desenvolvimento da historiografia da filosofia no Brasil; 3) uma análise de como a inclusão de obras de mulheres do século XIX, especialmente a partir de sua digitalização, transforma a narrativa da história da filosofia brasileira – com destaque para os casos de Nísia Floresta e Josefina Álvares de Azevedo.

O CÂNONE FILOSÓFICO E AS MULHERES

Tradicionalmente, o cânone filosófico ocidental foi moldado por uma seleção de pensadores como Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino, Descartes, Locke e Kant, cujo legado formou o cerne do que se entende por “filosofia” nas academias. Esse quadro apresenta uma visão predominantemente eurocêntrica, que não só reflete as tradições intelectuais do Ocidente, mas também estabelece uma hierarquia implícita, segundo a qual as contribuições filosóficas de outras culturas e regiões são frequentemente desvalorizadas ou ignoradas. Os pensadores europeus, com suas preocupações teóricas específicas, como a busca pela verdade universal, a investigação metafísica, a ética normativa e a epistemologia clássica, acabaram determinando os parâmetros do que é considerado rigor filosófico. Essa estrutura privilegiada, por sua vez, exclui outras formas de pensar, como aquelas desenvolvidas por pensadores das Américas, África e Ásia (Green, 2023, pp. 281-2).

Uma forma de vislumbrar a constituição de um cânone filosófico envolve a associação de três elementos principais: história causal, questões filosóficas cen-

trais e as teses propostas como resoluções às questões filosóficas centrais. Essa associação de elementos permitiria o estabelecimento do que é filosoficamente relevante, ou de quais obras devem ser tomadas como distintivamente filosóficas (Shapiro, 2016, p. 367). A história causal é o primeiro elemento, que se refere ao direcionamento do desenvolvimento histórico das ideias filosóficas. Ela mostra como pensamentos e obras do passado influenciaram os rumos da filosofia e moldaram o discurso filosófico subsequente. Esse componente busca entender a relação de causa e efeito entre ideias ao longo do tempo, destacando a continuidade e as transformações no que pode ser considerado uma história da filosofia.

O segundo elemento, as questões filosóficas centrais, envolve os problemas fundamentais que definem a própria disciplina filosófica, orientando o foco e a direção das suas investigações. Uma tese filosófica, nesse contexto, pode ser entendida como uma proposição ou uma série de proposições que visam oferecer uma resposta articulada a uma questão filosófica central, dentro de um contexto histórico específico que influenciou o seu desenvolvimento. Está associada à perspectiva de que conceitos se articulam de forma consistente e sistemática para estruturar algum modelo de explicação e interpretação da realidade. Por exemplo, a tese cartesiana do “cogito” (“Penso, logo existo”) responde a questões filosóficas centrais sobre o conhecimento e a certeza, em um contexto de ceticismo e crise intelectual no período moderno (Descartes, 1996a, p. 33; 1996b, pp. 24-25).

Esses problemas centrais – tais como a natureza da verdade, da justiça, da liberdade, do ser ou do conhecimento – funcionam como pilares que sustentam as investigações filosóficas. Assim, a tese propõe um caminho de resolução que, mesmo ao desafiar visões anteriores, busca integrar-se ao diálogo filosófico já estabelecido e em andamento. A relação essencial entre problema e solução apontaria o modelo para a delimitação de obras distintivamente filosóficas, abrangendo os textos e escritos considerados fundamentais. Tal conjunto é a manifestação do cânone filosófico. Sua função é servir como referência principal para o estudo e a discussão da filosofia.

Shapiro observa que, historicamente, essa estrutura tripartite se concentrou em um grupo limitado de figuras, o que leva a uma representação predominantemente homogênea da filosofia, focada em pensadores ocidentais (Shapiro, 2016, p. 366). Ainda que essa perspectiva de constituição de cânone pretenda apresentar critérios intrínsecos da sua formação, há um aspecto de viés implícito e arbitrariedade. Shapiro identifica que é possível estabelecer cânones alternativos e utiliza um como inspiração para propor uma discussão acerca da inclusão de autoras esquecidas ou excluídas (Shapiro, 2016, p. 367).

No caso da história da filosofia moderna europeia, a inflexão do debate metafísico e epistemológico para o posicionamento da investigação sobre as características fundamentais da natureza física como fio condutor mostrou um modelo alternativo profícuo para a historiografia da ciência do período, evidenciando como o modelo vigente anterior tinha muitas limitações e simplificações. A reflexão de fundo é que a apresentação de uma narrativa histórica é sempre parcial e demanda avaliação crítica. O cânone tradicional estabelecido da filosofia, não apenas do período moderno, possui uma história e está em condições de ser problematizado (Hagengruber, 2015, p. 34).

Aqui, gostaria de discutir alguns aspectos do movimento de revisão do cânone filosófico na busca de inclusão de filósofas. A perspectiva de revisão de cânone na filosofia refere-se ao processo ativo de reavaliação e possível reformulação do conjunto estabelecido de textos, pensadores e ideias que tradicionalmente definem a disciplina (Waithe, 2015, pp. 21-24). Esse processo dinâmico é impulsionado por mudanças culturais, por novos movimentos filosóficos e pelo reconhecimento crescente de vozes historicamente marginalizadas ou excluídas (Shapiro, 2023, p. 55): autoras que desde a antiguidade contribuíram para a história da filosofia, mas por inúmeras razões não foram incluídas, por muito tempo, nos manuais e nas salas de aula. Podemos dizer que, ainda que a pesquisa sobre a história das mulheres na filosofia possua obras significativas anteriores (Waithe, 1987), iniciativas de diferentes grupos de pesquisa estão, na última década, mudando o quadro da produção em história da filosofia na perspectiva internacional. Essas iniciativas se destacam não só pela pesquisa e pela documentação, mas também pelo empenho em disponibilizar recursos educacionais e criar espaços para o debate acadêmico sobre mulheres na filosofia.

O *Center for the History of Women Philosophers and Scientists*, sob a liderança de Ruth Hagengruber e sediado na Universidade de Paderborn, Alemanha, tem como objetivo central a pesquisa e a promoção do legado de filósofas ao longo da história. Essa instituição se dedica a investigações profundas sobre pensadoras pouco reconhecidas. Outra importante atividade do centro é a produção de materiais voltados ao ensino de filósofas, como *Teaching Women Philosophers* (Hagengruber, 2024), bem como a digitalização e a publicação de edições críticas de suas obras. Dentre essas edições, destaca-se o trabalho com os manuscritos de Émilie Du Châtelet, em especial a *Institutions de Physique* (Du Châtelet, 2024).

O projeto *Extending New Narratives in the History of Philosophy*, liderado por Lisa Shapiro da Universidade McGill, promove uma visão mais inclusiva

da história da filosofia, visando à incorporação de figuras marginalizadas. Esse projeto internacional, no qual cooperam doze universidades do redor do mundo, realiza pesquisas de arquivo para resgatar textos filosóficos esquecidos. Além disso, o projeto disponibiliza materiais pedagógicos para diversificar o ensino de história da filosofia, como uma série de podcasts. Em outra frente, o *Project Vox* (2015), iniciativa digital coordenada por Andrew Janiak na Universidade Duke, trabalha para reformular o entendimento e o ensino do cânone filosófico com foco nas filósofas modernas. A plataforma oferece materiais detalhados sobre pensadoras como Margaret Cavendish, Anne Conway e Elisabeth da Boêmia, incluindo biografias, fontes primárias e guias de pesquisa. Em colaboração com a biblioteca da Universidade Duke, o *Project Vox* realiza a digitalização de textos e manuscritos raros, consolidando-se como um recurso fundamental para a divulgação do pensamento filosófico produzido por mulheres.

As três iniciativas mencionadas compartilham não apenas a temática, mas também o uso intensivo de ferramentas digitais, que desempenham um papel central na reformulação da metodologia da historiografia filosófica e na ampliação do alcance e do impacto dos projetos desenvolvidos. O *Center for the History of Women Philosophers and Scientists* apresenta uma série de recursos digitais, como *Conversations with Diotima*, uma linha do tempo interativa, e a *Encyclopedia of Concise Concepts*, que facilitam o acesso ao trabalho de filósofas ao longo da história. Além disso, o centro mantém projetos de digitalização de longo prazo, incluindo o Arquivo e Biblioteca das Mulheres na Fenomenologia e edições críticas online das obras de Émilie Du Châtelet, ajudando a preservar e divulgar o legado dessas pensadoras historicamente negligenciadas.

O *Project Vox* também incorpora as humanidades digitais, ao disponibilizar uma plataforma online revisada por pares, que facilita a inclusão de filósofas no cânone. Ele oferece publicações digitais de textos filosóficos, um site com informações biográficas e guias de fontes primárias e secundárias, além de materiais pedagógicos. O *Extending New Narratives in the History of Philosophy*, por sua vez, se vale de abordagens digitais para criar recursos online que apoiam o ensino de uma história da filosofia mais diversa.

Enquanto iniciativas internacionais de revisão do cânone filosófico têm avançado com sucesso na diversificação e na ampliação de temas de pesquisa, obras e autores investigados, o cenário no Brasil revela desafios distintos. Autoras como Margaret Cavendish, Anne Conway, Elisabeth da Boêmia, Émilie Du Châtelet e Mary Wollstonecraft começam a ganhar visibilidade nas disci-

plinas de graduação e a figurar como objetos de estudo em pesquisas desenvolvidas por acadêmicos brasileiros. Essa inserção, embora gradual, reflete um esforço para incorporar vozes femininas historicamente marginalizadas no panorama filosófico internacional.

No entanto, quando se trata de filósofas brasileiras, ainda há uma ausência notável de espaço no contexto acadêmico da filosofia no Brasil. Poucas são as iniciativas que trazem à tona as contribuições de autoras brasileiras e as integram ao currículo ou à produção filosófica. A esse fato atribuímos três fatores: 1) a relação problemática entre a filosofia institucionalizada e a produção filosófica no país, no período pré-universitário; 2) o desconhecimento da produção filosófica de autoras na história da filosofia do Brasil; 3) o ceticismo acerca do valor filosófico da produção intelectual de autoras no contexto colonial e imperial. Esse cenário revela a necessidade de fortalecer o reconhecimento e a pesquisa sobre essas pensadoras, criando condições para que suas obras sejam discutidas e valorizadas, de modo a enriquecer e diversificar ainda mais a filosofia produzida e ensinada no Brasil.

Iniciativas baseadas em perspectivas de humanidades digitais vêm desempenhando um papel fundamental na ampliação da visibilidade de materiais anteriormente relegados a prateleiras de arquivos, bibliotecas e museus. Dessa forma, essas iniciativas têm o potencial de contribuir para mudanças na historiografia da filosofia brasileira. Nesse artigo, irei indicar, por meio de alguns exemplos, como isso está acontecendo, bem como vislumbrar possibilidades de expansão da aplicação. Antes, é necessário compreender o contexto da historiografia da filosofia brasileira e a sua posição como temática de pesquisa.

HISTORIOGRAFIA DA FILOSOFIA BRASILEIRA

A academia filosófica brasileira é um fenômeno do século XX, com sua profissionalização e institucionalização refletindo um aumento significativo na pesquisa filosófica nas últimas décadas do século. Nesse contexto, é apenas nos últimos anos que encontramos uma ênfase mais pronunciada em pesquisas aprofundadas dedicadas à produção filosófica nacional ao longo da história do Brasil. Minoritário no contexto da pesquisa acadêmica filosófica no Brasil, o grupo de trabalho *Pensamento Filosófico Brasileiro*¹ foi criado em 2021, dentro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. Entre os 73 grupos de trabalho da associação, é o único dedicado a investigar a produção filosófica no contexto brasileiro.

O grupo representa a consolidação e a organização coletiva de uma ten-

dência crescente na última década: o interesse em investigar a filosofia praticada ou difundida no Brasil. Essa investigação abrange tanto a filosofia desenvolvida no país, independentemente de suas raízes culturais, ou seja, a “filosofia no Brasil”, quanto a filosofia que possui um enraizamento cultural e identitário brasileiro, conhecida como “filosofia do Brasil”. Esse movimento busca se distanciar do modelo de pesquisa predominante nos programas de pós-graduação em filosofia no país, que privilegia a história da filosofia voltada a autores europeus ou norte-americanos. Mesmo que, no contexto da filosofia acadêmica institucionalizada, o tema da filosofia brasileira seja recente e ainda com menor expressão, a historiografia da filosofia brasileira remonta ao contexto da formação da república.

Desde o final do século XIX, como as pesquisas recentes de Margutti (2013; 2020) e Canhada (2020) apresentam com riqueza e profundidade, encontramos obras dedicadas a avaliar a produção filosófica feita no país. Ainda que haja diversidade estilística e disparidade entre temas e autores tratados, encontramos uma característica comum entre as obras que pretenderam fazer um exame crítico da filosofia no Brasil do período colonial e do contexto de construção de uma identidade pós-colonial. O senso comum é de precariedade. A avaliação, resultado de uma longa historiografia, é de que o material produzido no país não possui condições de ser considerado propriamente filosofia. Tal produção seria marcada por diversas ausências e insuficiências. Existiria ausência de rigor aparente no ecletismo e autodidatismo dos autores que se apresentaram como filósofos. A formação carente seria responsável por promover uma ingenuidade pretensiosa que se julgava capaz de debater filosofia no mesmo patamar da tradição europeia, quando, na realidade, suas propostas filosóficas não seriam algo além do pastiche de ideias estrangeiras, assimiladas acriticamente (Canhada, 2020, p. 169; Arantes, 1993, p. 61).

Isso é notável desde o marco inicial da historiografia da filosofia no país, o texto de Silvio Romero “A filosofia no Brasil”, de 1878. Ao procurar fazer uma gênese do pensamento filosófico brasileiro, o autor encontra a falta de unidade e poucas obras dignas de nota. A reflexão filosófica brasileira é, segundo ele, quase inexistente, e o que existe é superficial. Na tentativa de fazer uma defesa do valor filosófico de Tobias Barreto, Romero desqualifica quase tudo aquilo que encontra no contexto do país o qual procurava se deslocar de sua estrutura colonial e formar uma nação autônoma. Segundo a sua perspectiva, ao comparar a filosofia brasileira com aquela realizada na Europa, é possível encontrar, com boa vontade, essencialmente apenas cópias mal-acabadas e comentários superficiais aos grandes expoentes europeus. Essa avaliação ne-

gativa também encontra eco e reverberação em muitos outros textos sobre a filosofia brasileira até o final do século XX. Cabe mencionar aqui também outras obras de destaque na historiografia da filosofia no Brasil. Leonel Franca publica, em 1918, “A filosofia no Brasil”, ensaio de mesmo título daquele publicado por Silvio Romero, porém, de texto mais enxuto. O autor inclui a apresentação do pensamento filosófico brasileiro como apêndice ao seu livro de história da filosofia geral *Noções de história da filosofia*, que tinha objetivos educacionais (Margutti, 2013, p. 29). Afrânio Coutinho publica, no influente periódico acadêmico *Philosophy and Phenomenological Research*, o artigo “Some Considerations on the Problem of Philosophy in Brazil” (1943), no qual também não vê qualidade no material encontrado.

Possivelmente as duas perspectivas mais influentes dessa tradição historiográfica são publicadas por João Cruz Costa, *Contribuição à História das Ideias no Brasil: O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional* (1956), e por Henrique Lima Vaz, “O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje” (1961). Cruz Costa procura aplicar a metodologia estruturalista de pesquisa filosófica, central na profissionalização do departamento de filosofia da USP, ao material produzido ao longo da história do Brasil, com ênfase no século XIX. Essa chave de leitura indica que o ecletismo e hibridismo, já notados nas historiografias publicadas anteriormente, são as causas da confusão e da ausência de rigor argumentativo e conceitual do pensamento brasileiro. O seu juízo é o de que, de fato, não é possível afirmar a existência de filosofia genuína no Brasil. O que encontramos no século XIX e no período colonial, de acordo com ele, são expressões incidentais filosofantes (Cruz Costa, 1956, p. 8). Lima Vaz, por sua vez, também considera a profissionalização da filosofia brasileira como um critério de demarcação na história da produção filosófica brasileira. Considera, assim como Cruz Costa, a implantação da metodologia estruturalista a partir da missão francesa em 1934, em São Paulo, como a superação do autodidatismo e da ausência de rigor. Para ele, a principal causa da insuficiência da produção filosófica no Brasil é a falta de departamentos e institutos com dedicação acadêmica exclusiva à filosofia. Sendo assim, a produção que emerge da iniciativa isolada de indivíduos não é capaz de formar uma cultura filosófica (Margutti, 2013, p. 31). Nesse sentido, Lima Vaz parece concordar com a ideia dos filosofantes de Cruz Costa². É possível dizer, portanto, que, por perspectivas e caminhos diferentes, a historiografia da filosofia no Brasil chega a uma avaliação semelhante: não parece ser possível estabelecer a existência de perspectivas filosóficas sólidas e consistentes na história do

Brasil antes da metade do século XX, isto é, antes da implantação consistente de um modelo europeu de fazer filosofia.

Um segmento notável da comunidade filosófica brasileira, influenciado por essa tradição historiográfica, ainda sustenta a perspectiva de que o Brasil carece de uma tradição filosófica autêntica³. Esse ponto de vista levou ao estabelecimento das seguintes teses acerca da produção filosófica brasileira: i) nenhum dos pensadores do período colonial e do século XIX no Brasil pode ser adequadamente rotulado como filósofo; ii) esses pensadores são meramente entusiastas que desenvolveram filosofias de segunda mão e não merecem consideração séria; iii) essas filosofias de segunda mão carecem de uma serialização coerente de ideias; iv) a melhor expressão filosófica que podemos encontrar no Brasil é o comentário de textos clássicos.

Notamos, aqui, que a análise dividida entre os três pilares de formação de um cânone filosófico apontado por Shapiro (2016) está presente de maneira indireta na avaliação negativa acerca da produção filosófica brasileira. Não se consegue estabelecer uma história causal na sequência dos supostos pensadores brasileiros. Tampouco o movimento dialógico de perguntas e respostas como motores da formação dos sistemas filosóficos se encontra presente. A análise comparativa entre o modelo europeu de fazer filosofia – o que, para esse modelo de historiografia da filosofia, é o mesmo que a própria natureza da filosofia – evidencia a diferença radical entre as produções. O que se fez no Brasil não pode, para eles, ser considerado filosofia.

Contudo, temos uma posição que tenta oferecer uma contrapartida a esse modelo. Antonio Paim publica, em 1967, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. A obra, que possui inúmeras edições e complementos ao longo de quase quarenta anos, procura se afastar da avaliação negativa da tradição historiográfica da filosofia brasileira. Para Paim, influenciado por Miguel Reale (1959), é fundamental a investigação acerca da produção filosófica no país ao longo de sua história. Ele procura fazer uma reconstrução cronológica em mais detalhes das perspectivas de seus antecessores. Não destaca a precariedade e a insuficiência da filosofia brasileira no contexto colonial e pós-colonial, afirmando que, ao olharmos para a produção intelectual no país, encontramos o desenvolvimento de uma reflexão filosófica da realidade brasileira (Paim, 2007, p. 12). Contudo, o que poderia ser uma promessa de uma análise minuciosa da história das ideias brasileiras, se opondo ao juízo de Romero, Franca, Cruz Costa e Lima Vaz, se mostra como a apresentação de uma narrativa histórica com o objetivo de forjar uma identidade nacional que não é corroborada pelo resultado da pesquisa realizada (Margutti, 2013, p. 20).

Nota-se uma concentração de esforços, na construção de uma narrativa de pensadores brasileiros e na forma como eles forneceram elementos que conferem estruturas conceituais para a formação da cultura do país (Margutti, 2013, p. 11). Ao tentar vincular problemas filosóficos específicos com o surgimento de uma filosofia nacional, Paim tenta fazer uma antropológica filosófica brasileira, argumentando que a filosofia produzida nacionalmente está relacionada a uma essência ou alma brasileira. Isso, por sua vez, permitiria a apresentação de autores como filósofos autênticos que apenas utilizariam a filosofia europeia recebida como meio para o estabelecimento de um pensamento original. Nesse sentido, a identidade brasileira, forjada pela composição da cultura de nativos e escravizados, e a herança colonial portuguesa são responsáveis por engendrar uma maneira própria do país de fazer filosofia, que se centra em discussões acerca da natureza humana compreendida em termos liberdade e consciência (Margutti, 2013, p. 23; Paim, 2007, p. 22).

A visão de Paim, entretanto, representa uma asserção simpática ao pensamento brasileiro, construída de forma artificial e superficial. O objetivo parece ser mais o de estruturar uma história como justificativa para a defesa de uma agenda política do que uma preocupação propriamente historiográfica. Em Paim, a dimensão política supera a acadêmica. O objetivo de Paim e Miguel Reale era construir uma identidade filosófica nacional como parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento de um nacionalismo brasileiro. O resultado é de um fio condutor genérico e uma unidade ilusória. A simplicidade das conexões entre diversos autores e temas é oriunda da superficialidade da investigação, e não da genuína conexão e interação de um grupo de intelectuais trabalhando coletivamente (Margutti, 2013, p. 13).

Nesse contexto, a análise apresentada por Canhada acerca das dificuldades e intenções implícitas no emprego das expressões “filosofia brasileira”, “filosofia do Brasil” e “filosofia no Brasil” é esclarecedora (Canhada, 2021, p. 112). A temática é controversa, pois remete tanto à delimitação do objeto que está em investigação quanto ao ganho teórico em empregar qualificadores toponímicos acerca da história da filosofia.

Se a filosofia, pela sua própria natureza, se pretende universal, o que significaria a identificação cultural a determinado espaço determinado histórica e geograficamente? Particularizar o discurso filosófico parece ser contraditório à própria natureza da atividade filosófica. Todavia, o binômio universal e particular não parece ser uma chave de investigação frutífera. Assume, de maneira superficial, que a ideia de filosofia como manifestação universal também não é historicamente determinada. Portanto, abordar a filosofia brasileira co-

mo objeto de estudo, por meio da distinção entre universalidade e particularidade, é improdutivo. Isso não implica, por sua vez, considerar que a expressão “brasileira”, nesse contexto, significa uma unidade nacional coesa e consistente que emerge de uma identidade brasileira. Isto é, para investigar a produção filosófica engendrada por brasileiras ou brasileiros, não é necessário apresentar uma definição do que seja realmente a filosofia brasileira, identificando uma essência distintiva. Antes, a questão sobre a natureza da filosofia brasileira precisa ser examinada pelas diversas perspectivas que a constituem. Como aponta Canhada (2021, p. 113), podemos identificar aqui, ao menos, quatro sentidos: 1) sentido histórico (uma filosofia para a nação livre); 2) sentido nacionalista (desenvolvimento da nação e história da filosofia brasileira); 3) sentido conservador; 4) sentido sedimentado por senso comum historiográfico (história da história da filosofia do Brasil).

O que podemos notar é que, até recentemente, o cenário de investigação acerca da história da produção filosófica no país sofria de vieses e interesses implícitos, seja na negação da existência da produção filosófica do país, seja na sustentação de uma identidade filosófica brasileira genuína. Os pressupostos metodológicos adotados no exame do pensamento brasileiro acarretaram a pesquisa superficial e a reprodução de preconceitos. O reconhecimento dos elementos que constituem a discussão acerca da ideia de uma filosofia brasileira é de suma importância para que possamos ter uma distância crítica. É, com isso, um passo necessário para que se evite a reprodução de certos preconceitos arraigados na historiografia da filosofia no país. Tal reflexão, como Canhada corretamente chama a atenção, permite identificar que não há necessidade prévia de estabelecer um sentido rígido para a significação da atividade filosófica no Brasil. Isto é, ainda que seja possível um modelo de historiografia que busque identificar a essência do seu objeto – seja ele a filosofia brasileira, alemã, francesa, inglesa ou de qualquer país –, ele não é o único. Ao evitar o essencialismo, que supõe uma metafísica do objeto da história de difícil atribuição, é possível ganhar uma abertura de caminhos. Reconhecer que a produção filosófica é diversa e multifacetada no Brasil, como em outros lugares, não acarreta, por si só, uma perda de rigor ou indeterminação do objeto de estudo. Ao contrário, promove um questionamento profundo sobre a metodologia adotada, suas justificativas e limitações (Canhada, 2021, p. 131).

As publicações de Paulo Margutti *História da filosofia do Brasil: o período colonial* (2013) e *História da filosofia do Brasil: a ruptura iluminista* (2020); de Júlio Canhada *O Discurso e a História: A Filosofia no Brasil no Século XIX* (2020); e de Lúcio Alvaro Marques *Formas da filosofia brasileira* (2023) de-

monstram a série de anacronismos e vieses problemáticos nas avaliações negativas acerca da produção filosófica brasileira ao longo da história. Sem reivindicar uma unidade conceitual forjada e artificial, promovem passos importantes na reconstrução do pensamento brasileiro. A pesquisa em andamento já mostra elementos de autores e obras antes desconhecidos e ou apenas mencionados superficialmente. Começamos a observar uma investigação acadêmica com a devida atenção. Nesse sentido, não apenas o cânone filosófico brasileiro, como as reflexões metodológicas promovidas nos últimos anos passam a ser enriquecidos. Isso envolve reconstruir como um pensador estabelece a sua perspectiva como filósofo e o modo como ele constrói a sua obra como sendo uma obra filosófica. Esse passo atrás permite avaliar, de maneira clara, como se deu o juízo derogatório da filosofia brasileira, e, enfim, propor alternativas metodológicas.

Como consequência, a ampliação dos critérios de legitimação do fazer filosófico está intimamente relacionada à agenda de expansão do cânone da história da filosofia. Essa reestruturação metodológica possibilita a inclusão de produções ignoradas do gênero filosófico, além de impulsionar uma busca intensificada por material ignorado e marginalizado. Nesse sentido, “filosofia brasileira” não precisa, por definição, se restringir à produção acadêmica do século XX. Tampouco é necessário que incluamos apenas os comentários de autores europeus do período colonial e imperial. É possível agregar narrativas de autoras, pensamento ameríndio e de matriz africana. Esse movimento, entretanto, requer, para propiciar uma pesquisa mais frutífera, o engajamento interdisciplinar entre pesquisadores com formação filosófica e outras diversas áreas das humanidades, como: antropologia, história, ciências sociais, literatura, entre outras. É possível, com isso, voltar a autores e autoras brasileiras do passado, para que sejam reintroduzidos e reinterpretados segundo critérios específicos de julgamento; uma adequação da metodologia ao objeto de estudo, em seu campo discursivo específico (Canhada, 2021, p. 132).

MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA NO BRASIL

Apesar dos esforços para produzir uma história mais detalhada e adequada da filosofia brasileira, persiste uma lacuna significativa: a ausência das mulheres. Até recentemente, como vimos nas seções anteriores, a historiografia da filosofia brasileira tendia a minimizar, ou mesmo ignorar, a produção filosófica nacional. Essa desvalorização se intensifica no caso das mulheres, cujas contribuições foram sistematicamente excluídas do registro filosófico oficial.

No entanto, a digitalização de obras e periódicos tem ampliado as possibilidades de acesso a essas produções, permitindo a reconfiguração crítica da narrativa histórica da filosofia no Brasil.

Nesta terceira seção, propomos analisar como a inclusão de obras de autoras do século XIX, viabilizada por processos de digitalização, transforma profundamente a compreensão desse passado filosófico. Daremos destaque a duas figuras fundamentais: Nísia Floresta e Josefina Álvares de Azevedo.

Nísia Floresta representa um caso exemplar de recepção crítica do Iluminismo europeu no contexto colonial e pós-colonial brasileiro. Sua obra, profundamente marcada por debates em torno da educação e dos direitos das mulheres, oferece uma perspectiva filosófica situada, que tensiona os limites do universalismo ilustrado a partir da experiência brasileira. A digitalização de seus textos tem permitido reconstruir, com mais precisão, sua trajetória intelectual e sua influência nas discussões educacionais do século XIX, revelando a densidade teórica de sua escrita e sua articulação com o pensamento político de seu tempo.

Já Josefina Álvares de Azevedo é um exemplo notável da atuação filosófico-política por meio da imprensa. Seus ensaios, especialmente presentes em seu periódico *A Família* (1980), constituem um espaço privilegiado de reflexão crítica sobre o papel da mulher na sociedade brasileira, com forte engajamento em debates sobre cidadania, educação e direitos civis. A digitalização desses periódicos não apenas torna acessível um material historicamente disperso e de difícil obtenção, como também evidencia a riqueza e a complexidade da produção filosófica fora dos circuitos acadêmicos tradicionais.

NÍSIA FLORESTA E *DIREITOS DAS MULHERES* E *INJUSTIÇA DOS HOMENS*

Nísia Floresta (1810-1885) é considerada uma figura central no desenvolvimento do feminismo, na luta por direitos igualitários para as mulheres no Brasil e na América Latina. Suas perspectivas filosóficas são consideradas inovadoras e influenciam o debate público que se instaurou no país e no continente a partir da segunda metade do século XIX. Suas principais alcunhas, como “primeira feminista do Brasil” e “tradutora de Wollstonecraft”, já integravam, desde os anos 1990, os estudos sobre a história e a literatura brasileira (Duarte, 1995; Telles, 1997, p. 405). Seu pioneirismo seria marcado pela ruptura entre o público e o privado, dado que ela foi uma das primeiras mu-

lheres a publicar suas opiniões e perspectivas em jornais e periódicos, o que se tornou um fato fundamental para trazer a público o debate acerca dos direitos das mulheres.

Sua principal preocupação era o acesso das mulheres à educação. A autora argumentava que, enquanto as mulheres fossem mantidas na ignorância sobre suas capacidades intelectuais e físicas, sua ação social e política continuaria limitada. Dedicava grande parte de sua obra à crítica da cultura europeia moderna e aos costumes herdados do período colonial no Brasil, expondo as inconsistências entre a teoria iluminista e as práticas coloniais (Pugliese, 2023, pp. 1-3). Suas reflexões sobre igualdade e dignidade foram fruto não apenas de um interesse filosófico, mas também de uma observação profunda das dinâmicas sociais brasileiras, ainda moldadas pelo domínio colonial. Floresta escrevia em uma época em que o Brasil, embora recém-independente, ainda mantinha instituições coloniais como a escravidão, a exclusão dos povos indígenas e a falta de oportunidades públicas e educacionais para as mulheres.

Ainda que *Opúsculo Humanitário*, de 1853, seja a obra em que Nísia Floresta desenvolva em mais detalhe e profundidade sua crítica político-social, e apresente sua tese central em relação ao papel da educação como ferramenta de transformação da realidade das mulheres brasileiras, a publicação de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* é considerada um marco do feminismo. O contexto exato de sua publicação, entretanto, é fruto de polêmica entre os intérpretes⁴. Na dedicatória, Nísia Floresta, descreve o livro como uma livre tradução de uma versão francesa da obra de “Mistriss Godwin”, uma referência clara à Mary Wollstonecraft. A partir disso, foi aceito que Nísia Floresta trazia, à língua portuguesa e ao debate público brasileiro, a primeira tradução de *Vindication of the Rights of Woman*, de 1792 (Pugliese, 2023, p. 7).

Essa tese prevaleceu até Constância Lima Duarte fazer uma análise comparativa das obras e constatar que não se tratava de uma tradução de Wollstonecraft. A autora assume a perspectiva de que Nísia Floresta fez uma adaptação livre da obra da filósofa inglesa e pretendia adaptar suas ideias à sociedade brasileira (Duarte, [s.d.], p. 11). A hipótese e a interpretação de Duarte foram contestadas pelas fortes evidências apresentadas por Pallares-Burke alguns anos depois. Em sua pesquisa sobre debates feministas na Europa dos séculos XVII e XVIII, reconhece muitas semelhanças entre o texto de *Direitos* e a obra de Poulain de la Barre, cuja trilogia de tratados representa uma etapa fundamental dos debates iluministas acerca da igualdade das capacidades cognitivas entre os gêneros e, a partir disso, a perspectiva social injustificada de barrar o acesso das mulheres à educação.

O mais conhecido destes textos, *De l'égalité des deux sexes: Discours physique et moral où l'on voit l'importance de se défaire des préjugés*, de 1673, apresenta a aplicação de aspectos centrais da metafísica cartesiana na descrição da natureza humana, em um debate sobre direitos políticos e estruturas sociais. Todavia, o texto publicado por Nísia Floresta não se trata de uma tradução de algum dos tratados de La Barre. A semelhança de temas poderia sugerir, sim, que se trataria de uma tradução livre e adaptada. Outro texto também identificado por Pallares-Burke, contudo, guarda uma relação direta com *Direitos*. O texto em questão é *Woman not Inferior to Man* e foi publicado em 1739, pelo pseudônimo de Sophia – uma pessoa de qualidade (*Sophia – A Person of Quality*) que, por sua vez, também possui uma relação autoral e de originalidade complexa com o tratado de La Barre. Atualmente, é um consenso entre os intérpretes que esse texto encontra, de maneira indireta, uma versão em português pelas mãos de Nísia Floresta. Indireta pois, como indicado na primeira página, uma versão francesa foi usada para a produção de *Direitos*. Como *Woman not Inferior to Man* foi traduzido ao francês? A qual versão Nísia Floresta teve acesso? E como o título muda drasticamente? Isso foi feito por quem?

Como afirma Margutti (2017, p. 15), a solução do enigma foi apresentada por Eileen Botting e Charlotte Mathews em 2014. As autoras encontraram, na Biblioteca Nacional da França, uma publicação de 1826 intitulada *Les droits des femmes, et l'injustice des hommes; par Mistress Godwin*. Publicado por César Gardeton, com a alteração do título esse texto consiste na cópia da versão francesa de *Woman not Inferior to Man*. Concordando Botting e Mathews (2014, pp. 68-71), Margutti (2017, p. 15) e Pugliese (2023, p. 9) sustentam que este é o texto traduzido por Nísia Floresta ao português, e que ele representa um marco no debate feminista no Brasil e na América Latina. Ao escrever, na primeira página, “Direitos das mulheres e injustiça dos homens. Por Mistriss Godwin. Traduzido livremente do francês para português, e oferecido às Brasileiras e Acadêmicos Brasileiros por Nísia Floresta Brasileira Augusta”, a autora parece ter inconscientemente introduzido um plágio de um texto que estava inserido no debate panfletário dos direitos civis na Europa do século XVIII, o qual, por sua vez, se tratava de uma versão livre de um tratado do século XVII.

Essa série complexa de caminhos e descaminhos textuais e autorais significaram, ao Brasil, a incorporação progressiva e a discussão, a partir de um ponto de vista brasileiro, de conceitos filosóficos iluministas. Como é possível notar em *Opúsculo Humanitário*, vemos a crítica e a acusação da hipocrisia de intelectuais iluministas com práticas colonialistas (Floresta, 2019, p. 51). O ecletismo e o hibridismo, identificados pelos primeiros historiadores da filo-

sofia brasileira, estão presentes também em Nísia Floresta. Contudo, isso não precisa ser indicado de maneira valorativa negativa. É uma característica das expressões filosóficas do país no século XIX, no qual o pensamento e a reflexão demandavam subversão, em algum nível, do controle colonial. Mesmo em um país já independente, no caso de Nísia Floresta, não havia instituições que lhe garantiam direitos e oportunidades iguais. Assim, a sua primeira publicação emerge como um exemplo paradigmático das condições do trabalho intelectual no Brasil, especialmente para uma mulher. O percurso não é cristalino e em uma linha bem traçada, mas sim é cheio de acidentes e obstáculos.

Não é mais possível ignorar a presença de Nísia Floresta no quadro da filosofia brasileira. Assim como não parece ser mais razoável sustentar, diante das pesquisas mais recentes, que não há filosofia no Brasil antes da profissionalização dos cursos de graduação em meados do século XX. O pensamento sociopolítico e a filosofia da educação de Nísia Floresta precisam ser incorporados ao novo cânone filosófico. Como fazer isso?

O passo inicial já foi dado, como indicado pelo trabalho de Pugliese e Margutti. Do ponto de vista material, já temos a versão digitalizada de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, promovida pela Biblioteca Nacional. Isso já possui uma importância enorme, uma vez que preserva o texto de 1832 e franqueia o acesso do público ao material de arquivo. Todo pesquisador ou estudioso interessado em ler a obra pode facilmente acessá-la, e isso já vem alterando um dos elementos indicados para a ausência de mulheres na história da filosofia do Brasil. As pensadoras brasileiras estão passando a ser conhecidas por grupos mais diversos de pesquisadores. Entretanto, uma edição digital crítica da obra ainda não foi realizada. Ela é necessária.

Uma edição digital crítica de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* possibilitaria a ampliação do acesso a essa obra, pois isso a tornaria disponível a um público mais vasto e permitiria que pesquisadores de diferentes áreas pudessem analisá-la sob múltiplas perspectivas. A elaboração de uma edição crítica permite a inclusão de anotações e contextualizações que esclareçam o texto original, oferecendo informações sobre as referências de Nísia Floresta e o contexto histórico em que ela estava inserida, com referência cruzada e acesso dinâmico.

Além disso, considerando as variações linguísticas e interpretativas que ocorreram ao longo do tempo, uma edição crítica poderia estabelecer uma versão fiel ao original, ao mesmo tempo em que explicaria mudanças linguísticas e estilísticas pertinentes. A complexidade da história de publicação de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, que inclui múltiplas possibilida-

des de origem para o conteúdo apresentado e variações textuais, faz com que tal edição seja uma contribuição inestimável para a preservação e o estudo dessa obra.

O texto publicado por Nísia Floresta deve ser comparado com a obra publicada de outra autora brasileira, e sua contemporânea. Ana de Barandas publicou, em 1845, uma coletânea de textos, entre ensaios, poesias e teatro, intitulada *O Ramalhete ou Flores Escolhidas no Jardim da Imaginação*. Dentre as obras se encontra “Diálogos”, que teria sido escrito em 1836, e apresenta um debate em que a personagem principal, uma jovem do século XIX, defende a igualdade das capacidades entre homens e mulheres, e o direito da participação política delas (Margutti, 2017, p. 22). O texto de Barandas indica ter sido influenciado por *Direitos*, e temos evidências de que ambas se conheceram e interagiram em Porto Alegre, no contexto da publicação da segunda edição de *Direitos* (Margutti, 2017, p. 22; Flores, 1990, pp. 40-2). Nesse caso, teríamos uma reflexão interessante sobre a introdução da discussão acerca da igualdade das capacidades cognitivas entre mulheres e homens, bem como da demanda por direitos universais de educação. Se o texto de *Direitos* é uma tradução, *Diálogos* expressa um desenvolvimento original. Entretanto, parece ser diretamente influenciado pela publicação de Nísia Floresta. Com isso, vemos que as obras de Ana de Barandas também demandam digitalização e uma edição crítica.

As tecnologias de editoração de texto para plataformas digitais permitem o desenvolvimento de edições interativas e anotadas que não apenas apresentam o texto, mas também convidam o leitor a explorar notas de rodapé, relações contextuais e comentários, sejam eles breves e introdutórios, ou mais desenvolvidos e detalhados. A *Text Encoding Initiative* (TEI) e o *eXtensible Markup Language* (XML) são ferramentas fundamentais nas humanidades digitais, pois proporcionam métodos padronizados para a organização e a troca de dados textuais. O XML é uma linguagem de marcação flexível que permite a criação de *tags* customizadas para estruturar dados em uma hierarquia, enquanto o TEI utiliza essa base para definir diretrizes voltadas à codificação de textos acadêmicos e literários (Nellhaus, 2001, p. 260). Por meio de *tags* XML padronizadas, o TEI possibilita a descrição detalhada de elementos textuais, incluindo estrutura, características linguísticas e contexto histórico, permitindo a preservação de informações complexas e facilitando a colaboração entre pesquisadores (Hagen et al., 2020, p. 115). Com isso, a TEI amplia o acesso e a compreensão de textos históricos, pois promove a interdisciplinaridade e garante que o conteúdo textual seja transmitido de forma estruturada e interpretável para futuras pesquisas⁵.

Essas edições podem ser enriquecidas com uma variedade de recursos, como imagens, vídeos e hiperlinks, que contextualizam o trabalho de Nísia Floresta em relação a outras figuras feministas e intelectuais da época, além de explorar suas influências filosóficas. É possível montar uma estrutura interativa de referência cruzada, na qual se compara o texto de *Direitos* com a versão francesa *Droits*, de César Gardeton, além de outras traduções francesas anteriores que serviram para a cópia de Gardeton, o texto de Sophia *Woman Not Inferior to Man* e os tratados de Poulain de La Barre.

Além disso, as plataformas digitais tornam-se um espaço colaborativo para que pesquisadores compartilhem suas análises sobre a obra. Isso não só aumenta a sua compreensão, mas também incentiva um engajamento mais profundo com os temas tratados por Nísia Floresta, como os direitos das mulheres, a justiça social e a crítica às estruturas patriarcais. Como indica Green (2023, p. 282), seria possível aplicar o processo de leitura distante (*distant reading*) para realizar história e historiografia da filosofia. Isso geralmente envolve o uso de um computador para digitalizar a linguagem utilizada em inúmeros documentos. Em seguida, devem ser utilizados programas de computador para compará-los entre si, de maneiras que possam revelar semelhanças e diferenças ao longo do tempo, entre línguas ou em outras dimensões de interesse.

A leitura distante é especialmente útil para identificar mudanças e padrões em larga escala que seriam impossíveis de detectar com uma análise tradicional. Por exemplo, ela pode revelar como certos temas evoluem em diferentes períodos históricos, ou como o uso de certos termos varia entre culturas e épocas. Ela deve ser encarada como um complemento da leitura próxima (*close reading*) ou da leitura tradicional. Enquanto a leitura distante pode identificar padrões gerais em grandes conjuntos de textos, a leitura próxima pode ser aplicada a textos específicos que exemplificam ou desafiam esses padrões, oferecendo uma análise mais profunda.

JOSEFINA ÁLVARES DE AZEVEDO E IMPrensa FEMININA DO SÉCULO XIX

Sem dúvida, a imprensa feminina no Brasil do século XIX desempenhou um papel crucial na história da filosofia e na construção de um espaço público de pensamento crítico e reflexivo. Diante das limitações impostas às mulheres, surgem periódicos produzidos por elas, dedicados a temas relacionados ao seu papel na sociedade brasileira. Esses periódicos constituem um

canal de expressão que deve ser considerado tanto na investigação da história das ideias voltada à formação da república brasileira, quanto na reflexão sobre a herança da colonização portuguesa (Duarte, 2018, p. 6).

A imprensa feminina do século XIX no Brasil estava fortemente conectada aos movimentos femininos na Europa e nos Estados Unidos, onde mulheres já vinham utilizando jornais e revistas como ferramentas de reivindicação de direitos e de reconhecimento intelectual (Pallares-Burke, 1998, p. 146). Esse fenômeno se reproduz na América Latina, onde podemos observar, dentre as peculiaridades de cada contexto cultural e histórico, movimentos paralelos de desconstrução das estruturas coloniais. Constância Lima Duarte, em *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil*, identificou nos arquivos 143 publicações periódicas que surgiram no século XIX e a sua abrangência em quase todo o território nacional (Duarte, 2018, p. 11). Nesse contexto, a filosofia, enquanto campo de debate intelectual, esteve presente nesse espaço emergente. Muitas dessas publicações incentivavam reflexões sobre o direito das mulheres ao conhecimento e à educação, temas centrais nas discussões Iluministas e nos movimentos emancipatórios. Nessas publicações periódicas, encontramos uma vinculação clara entre as discussões acerca dos direitos das mulheres e o desenvolvimento de ideias progressistas no contexto brasileiro.

O acesso aos arquivos desses periódicos, portanto, é essencial para a investigação do debate e da reflexão produzida pela rede de autoras do século XIX. A digitalização promovida pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional já permite a leitura e a pesquisa do material preservado, o que significa um passo fundamental na inclusão dessas autoras na história da filosofia brasileira. Os próximos passos a serem realizados podem envolver a construção de plataformas digitais nas quais possam estar presentes edições críticas atualizadas deste material, linhas de tempo e mapas interativos, para que seja possível explicitar a rede formada no país. O material digitalizado também permitirá a aplicação de leitura distante (*distant reading*) e a comparação entre os conceitos, além de trazer clareza sobre a influência da publicação de *Direitos* nesse movimento, indicado como marco do feminismo no Brasil.

Dentre os inúmeros periódicos a serem investigados e comentados sob uma perspectiva da historiografia da filosofia, cabe salientar *A Família*, idealizado e editado por Josefina Álvares de Azevedo. Originado em São Paulo em novembro de 1888, foi transferido para o Rio de Janeiro em 18 de maio de 1889 e circulou até 1897. No jornal, encontramos uma visão progressista, centralizada no argumento da educação como impulso necessário para a emancipação. O seu tom crítico problematiza o papel subordinado imposto às mulhe-

res e demanda justificação para uma sociedade em formação, que busca se liberar da opressão colonial, mas mantém a opressão sobre as mulheres (Duarte, 2018, p. 425).

No editorial do primeiro volume, encontramos a articulação de uma perspectiva acerca da natureza humana e da mulher como fundamento para a demanda da igualdade:

A consciência universal dorme sobre uma grande iniquidade secular – a escravidão da mulher.

Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiais, como eles, pela mesma razão, as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado (Azevedo, 1888, p. 1).

A sociedade age sustentada pela falsa premissa da inferioridade feminina. A escravidão da mulher, afirma Josefina Azevedo, é uma iniquidade secular. A manutenção da subordinação e da submissão das mulheres é contraditória ao estabelecimento de uma sociedade brasileira justa. A autora sustenta que a desigualdade é uma construção artificial, pois homens e mulheres são “semelhantes” em valor e dignidade, apesar de terem “funções especiais”, de acordo com a natureza biológica de cada um. Ela propõe que essas diferenças naturais (por exemplo, a diferença de sexos) não devem ser vistas como uma justificativa para a subordinação, pois não definem uma hierarquia de valor ou capacidade intelectual.

Podemos dizer que a posição de Josefina de Azevedo se estrutura em torno de três pontos: 1) crítica ao princípio da inferioridade feminina; 2) semelhança fundamental entre homens e mulheres; 3) funções distintivas não implicam inferioridade.

A autora desafia o “falso e funesto princípio” que coloca as mulheres em uma posição inferior, considerando esse princípio uma construção injusta. Ela sugere que a percepção de inferioridade é uma iniquidade aceita universalmente pela sociedade, mas que deve ser questionada e combatida. Embora homens e mulheres sejam diferentes do ponto de vista biológico, possuem uma semelhança fundamental. Tal semelhança parece estar fundada em uma posição metafísica acerca da essência humana, manifestada pelas capacidades in-

telectuais e morais sem discrepância relevante. Ela sugere, portanto, que as diferenças naturais não são uma base legítima para a construção de hierarquias entre os sexos. Essa ideia é central, pois desmantela a justificativa biológica usada para manter as mulheres em uma posição de submissão. Ao invés de ver essas funções como determinantes de uma hierarquia, ela as vê como complementaridades. Ela faz uma analogia com o “animal” para destacar que a inferioridade é um aspecto da hierarquia natural entre diferentes espécies, mas não uma característica das diferenças internas da humanidade.

A passagem postula, na conclusão de seu argumento, a ocupação igualitária do espaço público. Mulheres, assim como os homens, devido à sua semelhança de natureza, também estão habilitadas na direção do estado. Esse tema reaparece nos textos de Josefina Azevedo, sendo um dos principais elementos para sua defesa do voto feminino (Azevedo, 1891; 2021). Notamos, com clareza, uma posição filosófica em torno das ideias de justiça social e igualdade. Uma sociedade deve atribuir oportunidades e direitos de maneira equitativa. Mulheres em posição de liderança não devem causar espanto; é algo legítimo e natural. Josefina Azevedo não argumenta apenas pela liberdade de escolha ou por uma simples presença feminina, mas pela igualdade em todas as esferas.

O título do periódico poderia sugerir que seu conteúdo apresenta perspectivas tradicionais. Porém, como pode ser observado, Josefina Azevedo adota uma posição radical, quando comparada a outras publicações do período. Embora, haja o movimento pela defesa da educação feminina em muitas publicações no contexto do século XIX brasileiro, a articulação clara e precisa de Josefina Azevedo a destaca. Essa visão desafia a estrutura social do século XIX, patriarcal e escravocrata, e antecipa ideias fundamentais do feminismo, que seria articulado em profundidade nas décadas subsequentes.

A contribuição de Josefina de Azevedo, quase que totalmente ignorada nas discussões filosóficas no país, é sem dúvida fundamental para a compreensão de como as mulheres foram agentes ativos na construção do pensamento crítico brasileiro. A publicação periódica foi ferramenta essencial e precisa ser investigada profundamente. Além de Josefina Azevedo, as publicações organizadas por Francisca Diniz, Maria Josefa Barreto Pereira, Beatriz Francisca de Assis Brandão, Ana Luísa de Azevedo Castro e Julieta de Melo Monteiro – para indicar algumas já identificadas – devem ser reeditadas e comentadas. Uma plataforma digital que organize esse material e permita referência cruzada é um passo de extrema importância que precisa ser dado. Ao levantar temas como autonomia, direitos e moralidade, as escritoras e editoras da imprensa feminina plantaram as sementes para futuras gerações de filósofas e

pensadoras. Em suas páginas, a filosofia encontrava uma nova audiência e uma interpretação prática voltada para a transformação social. Como afirma Nastassja Pugliese, é preciso reconhecer que houve Iluminismo brasileiro, e que parte central da expressão desse pensamento iluminista foi a defesa dos direitos das mulheres. A educação emerge, nesse contexto, como instrumento de transformação social radical das heranças perniciosas da opressão colonial (Pugliese, 2022, pp. 345-346).

CONCLUSÃO

A interdisciplinaridade é essencial para a pesquisa em história da filosofia brasileira, especialmente no estudo das obras das mulheres, pois permite uma abordagem mais rica e completa que transcende as fronteiras da filosofia tradicionalmente determinada. Integrar filosofia, análise literária, história, antropologia e até filologia é fundamental para revelar contextos sociais, culturais e linguísticos que moldaram o pensamento dessas autoras. A análise literária, por exemplo, ajuda a desvendar as nuances estilísticas e retóricas utilizadas pelas autoras para transmitir ideias filosóficas em épocas em que suas vozes eram frequentemente marginalizadas. A história oferece a contextualização necessária para compreender as limitações e influências enfrentadas por essas pensadoras. A antropologia pode explorar as interações culturais e os papéis sociais impostos às mulheres no Brasil, e as ferramentas oferecidas pelas perspectivas do decolonialismo possuem uma relevância destacada. A filologia contribui, ainda, para a compreensão de versões e traduções de textos que influenciaram a produção filosófica feminina, trazendo à tona conexões que, sem essa abordagem integrada, poderiam permanecer invisíveis.

Nesse caso, podemos indicar, como exemplo, o projeto Mulheres na América Portuguesa (M.A.P.), que é conduzido por pesquisadoras da Universidade de São Paulo e visa reunir e catalogar documentos escritos por mulheres ou sobre seu discurso entre 1500 e 1822. Com uma abordagem filológica e histórica, o projeto valoriza a literalidade das expressões femininas e utiliza tecnologias de acesso aberto para democratizar a informação descoberta. Os documentos são buscados em acervos no Brasil e em Portugal, preparados filologicamente e disponibilizados em um catálogo digital de acesso livre. Uma publicação vinculada ao projeto apresenta uma carta de Francisca Maria Xavier, de 1791, em que é possível examinar estereótipos reproduzidos sobre a postura submissa e inoperante das mulheres no contexto colonial brasileiro, bem como a sua ausência de aspirações de liderança e administração de negó-

cios ou da ordem pública (Motta; Monte, 2019). Isto é, apresenta evidências relevantes para que seja reexaminado o imaginário histórico-social acerca das mulheres no Brasil colonial.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo Eduardo. Cruz Costa, Bento Prado Jr. e o problema da filosofia no Brasil: Uma Digressão. In: ARANTES, Paulo et al. (Orgs.). *A filosofia e seu ensino*. São Paulo: EDUC, 1993. pp. 23-65.
- ARAÚJO, Carolina. Quatorze anos de desigualdade: Mulheres na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 24, n. 1, pp. 13-33, 2019.
- ARAÚJO, Carolina; LEAL, Halina; FRATESCHI, Yara (Orgs.). *Enciclopédia Mulheres na filosofia*. São Paulo: Editora Vozes, 2024.
- AZEVEDO, Josefina Álvares de. A Família. *A Família*, São Paulo, ano I, número programa, p. 1, 1888.
- AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A Mulher Moderna*: trabalhos de propaganda. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1891.
- AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna*: trabalhos de propaganda. 3ª Ed. rev. e aum. Brasília: Senado Federal, 2021.
- BARANDAS, Ana Eurídice Eufrosina de. *O Ramalhete ou Flores Escolhidas no Jardim da Imaginação*. 2ª Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão; EDIPUCRS, 1990. pp. 97-111.
- DE LA BARRE, François Poulain. *De l'égalité des deux sexes; de l'éducation des dames; de l'excellence des hommes*. Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 2011.
- BOTTING, Eileen Hunt; MATTHEWS, Charlotte Hammond. Overthrowing the Floresta-Wollstonecraft Myth for Latin American Feminism. *Gender & History*, v. 26, n. 1, pp. 64-83, abr. 2014.
- CANHADA, Júlio. *O Discurso e a História: A Filosofia no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Edições Loyola, 2020.
- CANHADA, Júlio. Os sentidos de “filosofia brasileira”: limpando o terreno. In: MARGUTTI, Paulo (Org.). *Vº Colóquio Pensadores Brasileiros*: Coletânea de Textos 2021. Editora Fi, Porto Alegre-RS, 2021. pp. 112-134.
- CENTER FOR THE HISTORY OF WOMEN Philosophers and Scientists. 2015. Disponível em: <https://historyofwomenphilosophers.org/>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- COUTINHO, Afranio. Some Considerations on the Problem of Philosophy in Brazil. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 4, n. 2, pp. 186-193, 1943.
- CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*: O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

- DESCARTES, R. *Oeuvres de Descartes*. Vol. VI. Ed. Charles Adam e Paul Tannery. Paris: Vrin, 1996a.
- DESCARTES, R. *Oeuvres de Descartes*. Vol. VII. Ed. Charles Adam e Paul Tannery. Paris: Vrin, 1996b.
- DUARTE, Constância Lima. Cronologia da vida e da obra de Nísia Floresta; Nísia Floresta e seu projeto intelectual. In: AGUIAR BEZERRA, G. B. de; SILVA, E. da (Orgs.). *Nísia Floresta Brasileira Augusta: Uma mulher à frente do seu tempo: Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. [s.l.]: Fundação Ulysses Guimarães, [s.d.], pp. 25-34.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Vol. 1. Autêntica, 2018.
- DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Editora da UFRN, 1995.
- DU CHÂTELET, Émilie. *Institutions de physique*: The Paris Manuscript BnF Fr. 12265. A Critical and Historical Online Edition. Edited by Ruth E. Hagengruber, et al. Paderborn University. 2024. Disponível em: https://historyofwomenphilosophers.org/dcpm/documents/view/avant_propos/rev/1.0. Acesso em: 10 jul. 2025.
- ÉMILIE DU CHATELET: Paris Manuscript. [s.d.]. Disponível em: [manuscript/https://historyofwomenphilosophers.org/projects/emilie-du-chatelet-paris-manuscript/](https://historyofwomenphilosophers.org/projects/emilie-du-chatelet-paris-manuscript/). Acesso em: 10 jul. 2025.
- EXTENDING NEW NARRATIVES. [s.d.]. Disponível em: <https://www.newnarrative-sinphilosophy.net/>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- FANTON, Marcos et al. Philosophical Research in Brazil: A Structural Topic Modeling Approach with a Focus on Temporal and Gender Trends. *Metaphilosophy*, v. 55, n. 3, pp. 457-501, 2024.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. Ana Eurídice e Nísia Floresta. In: BARANDAS, Ana Eurídice Eufrosina de. *O Ramalhete ou Flores Escolhidas no Jardim da Imaginação*. 2ª Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão; EDIPUCRS, 1990. pp. 40-2.
- FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Fundação Ulysses Guimarães, 2016 [1832].
- FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. Brasília: Senado Federal, 2019.
- FRANCA, Leonel. A filosofia no Brasil. In: FRANCA, Leonel. *Noções de história da filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. pp. 261-331.
- GREEN, Christopher D. Frankenstein in Athens: Digital History of Philosophy Comes Alive!. In: LAPOINTE, Sandra; RECK, Erich H. (Eds.). *Historiography and the Formation of Philosophical Canons*. Abingdon, Oxfordshire, UK: Routledge, 2023. pp. 281-299.
- HAGEN, Thora et al. Twenty-two Historical Encyclopedias Encoded in TEI: a New Resource for the Digital Humanities. In: *PROCEEDINGS OF THE 4TH JOINT*

- SIGHUM Workshop on Computational Linguistics for Cultural Heritage, Social Sciences, Humanities and Literature. Barcelona: [s.l.], 2020. pp. 112-120.
- HAGENGRUBER, Ruth. Cutting Through the Veil of Ignorance: Rewriting the History of Philosophy. *The Monist*, v. 98, n. 1, pp. 34-42, 2015.
- HAGENGRUBER, Ruth Edith (Ed.). *Teaching Women Philosophers: Ideas and Concepts from Women Philosophers' Writings Over 2000 Years*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024.
- LIMA VAZ, Henrique C de. O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje. *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. 17, fasc. 3-4, pp. 235-273, 1961.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 443-481.
- MARQUES, Lúcio. Fontes, arquivos e referências para pesquisa em filosofia colonial brasileira (última versão de agosto de 2022). Enciclopédia da Filosofia Brasileira. 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/catalogo-de-verbetes/fontes%2C-arquivos-e-refer%C3%A2ncias-para-pesquisa-em-filosofia-colonial-brasileira>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- MARQUES, Lúcio Álvaro. *Formas da filosofia brasileira: 12 aportes metodológicos à historiografia, metalinguagem e autocrítica da filosofia brasileira*. Cachoeirinha: Fi, 2023.
- MARGUTTI, Paulo. *História da filosofia do Brasil: 1ª parte: o período colonial (1500-1822)*. São Paulo: Loyola, 2013.
- MARGUTTI, Paulo. *História da filosofia do Brasil (1500-hoje): 2ª parte: A ruptura iluminista (1808-1843)*. São Paulo: Loyola, 2020.
- MARGUTTI, Paulo. Nísia Floresta e a questão da autoria de Direitos das mulheres, injustiça dos homens. *Annales Faje*, v. 2, n. 3, pp. 5-28, 2017.
- MARGUTTI, Paulo. *Nísia Floresta, uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.
- MOTTA, Elisa Hardt Leitão; MONTE, Vanessa Martins do. A carta de Francisca Maria Xavier de Castro: edição e reflexões sobre o imaginário social de mulheres na América Portuguesa. *LaborHistórico*, v. 5, n. 2, pp. 42-66, 2019.
- MULHERES NA AMÉRICA PORTUGUESA: Grupo de Pesquisas Humanidades Digitais. 2019. Disponível em: <https://map.prp.usp.br/>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- NELLHAUS, Tobin. XML, TEI, and Digital Libraries in the Humanities. *Portal: Libraries and the Academy*, v. 1, n. 3, pp. 257-277, 2001.
- NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- PAIM, Antônio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1967.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 104, pp. 144-161, 1998.

- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A Mary Wollstonecraft que o Brasil conheceu, ou a travessura literária de Nísia Floresta. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta: O carapuço e outros ensaios da tradução cultural*. S. Paulo: Hucitec, 1996. pp. 167-92.
- PROJECT VOX. 2015. Disponível em: <https://projectvox.org/>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- PUGLIESE, Nastassja. E as Filósofas Brasileiras? Esboço de uma História. In: STROHMEYER, Armin. *Dez mulheres filósofas: E como suas ideias marcaram o mundo*. Editora Record, 2022. pp. 285-312.
- PUGLIESE, Nastassja. *Nísia Floresta*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- REALE, Miguel. A filosofia no Brasil. In: *Anais do III Congresso Nacional de Filosofia*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1959.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. In: HISTEDBR. *Navegando na história da educação brasileira*. [s.l.]: [s.n.], 2006. pp. 1-25.
- ROMERO, Silvio. A filosofia no Brasil: Ensaio crítico. In: ROMERO, Silvio. *Obra filosófica*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1969. pp. 5-149.
- ROZEAUX, Sébastien. Être femme de lettres au Brésil à l'époque impériale (1822-1889): le statut social d'une "minorité" porteuse d'une voix dissonante dans l'espace public. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Colloques, 2014.
- SHAPIRO, Lisa. How to Change a Philosophical Canon. In: LAPOINTE, Sandra; RECK, Erich H. (Eds.). *Historiography and the Formation of Philosophical Canons*. Abingdon, Oxfordshire, UK: Routledge, 2023. pp. 52-71.
- SHAPIRO, Lisa. Revisiting the Early Modern Philosophical Canon. *Journal of the American Philosophical Association*, v. 2, n. 3, pp. 365-383, Fall 2016.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritos, escrituras. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 401-442.
- WAITHE, Mary Ellen. From Canon Fodder to Canon-Formation: How Do We Get There from Here?. *The Monist*, v. 98, n. 1, pp. 21-33, Jan. 2015.
- WAITHE, Mary Ellen (Ed.). *A History of Women Philosophers*. Vol. I: Ancient Women Philosophers, 600 B.C.-500 A.D. Berlin; Heidelberg: Springer Science & Business Media, 1987.

NOTAS

¹ Vinculado ao grupo existe a *Enciclopédia da Filosofia Brasileira*, que possui verbetes dedicados a autores brasileiros e indicação de fontes para pesquisa. Por exemplo, o verbete de Lúcio Marques (2022): "Fontes, arquivos e referências para pesquisa em filosofia colonial brasileira".

² Termo empregado por Cruz Costa em sua análise da história da filosofia brasileira, com o objetivo de destacar os elementos de hibridismo e a ausência de rigor acadêmico, o que, em

sua visão, impedia a classificação dos pensadores brasileiros do período colonial como filósofos legítimos (Cruz Costa, 1956, p. 8).

³ A perspectiva de que o Brasil carece de uma tradição filosófica autêntica é argumentada em vista da discrepância no volume de pesquisas acerca de autores estrangeiros e nacionais, em programas de pós-graduação em filosofia no país. O contexto evidencia-se ainda mais na configuração dos grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF). Esse mapeamento foi feito recentemente, de forma detalhada, em Fanton et al. (2024). Outro documento relevante para esse ponto é a série de entrevistas com os principais professores dos cursos de filosofia que participaram do contexto de estruturação da pós-graduação em filosofia no país (cf. Nobre; Rego, 2000).

⁴ Acerca da verdadeira autoria da obra e do contexto histórico de publicação de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (2021), ver o debate iniciado por Constância Lima Duarte (1991) e Maria Lúcia Pallares-Burke (1996) ainda nos anos 90, e as perspectivas mais recentes de Eileen Botting e Charlotte Matthews (2014), Paulo Margutti (2017; 2019) e Nastassja Pugliese (2023).

⁵ Como exemplo, ver a edição digital crítica das *Institutions de Physique* de Émilie Du Châtelet, preparada pelo *Center for the History of Women Philosophers and Scientists* (Du Châtelet, 2024; Émilie Du Châtelet, [s.d.]).

